**REQUERIMENTO Nº 217/17**

**EXMº. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BURITAMA=S.P:**

 Eu, **FERNANDO CRISTIANO LAVECCHIA**, vereador, com assento na Câmara Municipal de Buritama, Estado de São Paulo, **REQUEIRO**, a gentileza de Vossa Excelência, depois de ouvido o douto Plenário, seja oficiado o senhor **Rodrigo Zacarias dos Santos, Prefeito Municipal**, solicitando-lhe a gentileza, no sentido de informar à esta Casa Legislativa, o por que ainda não foi atendida a Indicação nº 160/17, de minha autoria e dos nobres colegas Ronaldo Ramos Fernandes e José Antonio Espósito, através da qual indicamos a tomada das providências necessárias, objetivando a execução dos serviços de reforma geral no Conjunto Poliesportivo Fernando Rodrigues (Gleba 10), incluindo o campo de bocha, os banheiros, brinquedos, bem como a iluminação daquele local, bem como a construção de um campo de malha.

 Tal sugestão se justifica e se fundamenta, tendo em vista o recebimento de inúmeros pedidos de pessoas frequentadoras daquele Conjunto Esportivo nos solicitando providências junto ao Governo do Município de Buritama, objetivando a execução dos serviços de reforma geral no Campo de Bocha ali existente, reparos na iluminação, nos brinquedos e nos banheiros daquele Conjunto Esportivo. Em visita ao local pude constatar pessoalmente que aquele Conjunto Esportivo necessita realmente de uma reforma geral. É uma sugestão que vem reforçar tantas outras anteriores já encaminhadas à Administração Municipal e que até agora não surtiram efeito, porque nada de concreto foi feito até o presente momento, cujo local representa grande risco para as crianças que frequentam.

 Tal solicitação se justifica e se fundamenta, para conhecimento deste vereador requerente, dos demais companheiros que compõem este Poder Legislativo, bem como de toda população buritamense.

O presente pedido de informações é feito com base no parágrafo 2º e inciso XI do artigo 8º, incisos XVIII e XXII do artigo 63 e no parágrafo 2º do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e no artigo 4º, inciso III do Decreto-Lei nº 201/67, de 27.02.67, e Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei que regula o acesso a informações).

 Aguarda-se a decisão soberana do douto Plenário.

 Sala das Sessões, 06 de setembro de 2017.

 **FERNANDO CRISTIANO LAVECCHIA**

 **VEREADOR**